



SEÇÃO: ARTIGOS

A perseguição aos brasileiros exilados no Chile após o golpe civil-militar de 11 de setembro de 1973

The persecution of the brazilians exiled in Chile after the civil-military coup of september 11th of 1973

Cristiane Medianeira

Ávila Dias¹

orcid.org/0000-0002-4815-9411

cristiane-historia@hotmail.com

Recebido em: 23 set. 2021.

Aprovado em: 2 mar. 2022.

Publicado em: xx/xx/202x.

Resumo: Na fase imediatamente posterior ao golpe civil-militar de 11 de setembro de 1973, as práticas de violência ilegais – como a tortura e o fuzilamento – empregadas por órgãos de segurança chilenos, atingiram a comunidade de brasileiros exilados no Chile. A ditadura de Segurança Nacional (SN) brasileira, ao invés de oferecer apoio a esses exilados, colaborou com as ações da Junta Militar chilena, encaminhando uma equipe de agentes para aquele país com dois objetivos principais: interrogar brasileiros presos em centros de detenção locais e ministrar cursos de especialização em táticas “eficientes” de tortura a militares e policiais chilenos. Estabeleceu-se assim uma rede de transmissão de *know-how* de práticas repressivas da ditadura brasileira à chilena que, posteriormente, irá estender-se aos países do Uruguai, Argentina e Paraguai, com a formação da Operação Condor, no ano de 1975. O objetivo das ditaduras de SN do Cone Sul com esse compartilhamento de informações e métodos ilícitos de violência estatal era atingir seus opositores políticos onde eles se encontrassem, em território nacional ou no exterior.

Palavras-chave: Repressão. Brasil. Chile.

Abstract: In the term that followed the civil-military coup of September 11th of 1973, the illegal violent acts – such as torture and shootings – carried out by Chilean security agencies hit the community of Brazilians exiled in the country. The Brazilian National Security dictatorship (SN) contributed to the actions of the Chilean Military Junta, rather than offering assistance to the exiled. An agent team was sent to the country with two main goals: to interrogate the Brazilians locked up in local detention centers and to teach classes for specialized and “efficient” interrogation methods to Chilean military and police officers. That way, it was settled a transmission net of “*know-how*” repressive standards from the Brazilian dictatorship to the Chileans, a net that was later extended to Uruguay, Argentina and Paraguay with the creation of Operação Condor in 1975. The SN dictatorships from Cone Sul’s goal with the sharing of information and illicit methods of state violence was to target their political opponents wherever they went, whether in national or foreign territory.

Keywords: Repression. Brazil. Chile.

Considerações iniciais

O exílio dos brasileiros perseguidos pela ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN), que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, teve duas ondas principais. Segundo Rollemberg (1999), a primeira formou-se após



¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

a instauração do Ato Institucional nº 1 (AI-1),² em abril de 1964, e a repressão desencadeada pela ditadura contra determinados setores, principalmente de políticos e sindicalistas vinculados ao ex-presidente João Goulart e ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Esses exilados caracterizavam-se, em linhas gerais, por possuírem profissões definidas e condições econômicas estáveis, o que facilitou a travessia e a fixação de residência no Uruguai, país para onde se dirigiram depois do golpe. A segunda onda surgiu após a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5)³ no final de 1968, que gerou uma segunda onda de exílio, formada em sua maioria por brasileiros que haviam aderido à luta revolucionária armada. Esses ativistas políticos, diferentemente do primeiro grupo, originaram-se basicamente do movimento estudantil, não tinham ofício determinado, possuindo poucos recursos para deixarem o país e se estabelecerem no estrangeiro.

O exílio se constituiu assim numa opção de sobrevivência ou de recuo estratégico para reorganizar forças gravemente atingidas. Tal dinâmica se originou do aumento da violência na fase posterior à decretação do AI-5, que motivou o surgimento de organizações armadas das quais participaram muitos jovens que vinham do movimento estudantil e uma nova onda de exilados, em função da maior virulência com que passou a agir o mecanismo repressivo estatal contra a esquerda no Brasil. Durante esse período, os exilados dirigiram-se principalmente para o Chile, impulsionados pela vitória de Salvador Allende, representante da Unidad Popular⁴ (UP), nas eleições presidenciais de 1970, defendendo um projeto de governo denominado de "Vía Chilena al Socialismo". Inédito em nível mundial, esse plano oferecia uma oportunidade única para os militantes de esquerda brasileiros

que, após deixarem para trás uma ditadura, poderiam acompanhar, apoiar ou mesmo integrar, a experiência chilena de implantação do socialismo sem o uso da violência ou "revolución con sabor a empanadas y vino tinto", como prometeu, antes da eleição, o próprio Salvador Allende.

No decorrer do exílio no Chile, porém, os brasileiros continuaram sendo monitorados e perseguidos pelo aparelho repressivo estatal, a partir da atuação da Embaixada Brasileira em Santiago e dois órgãos de segurança que funcionavam em suas dependências: a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) e o Centro de Informações do Exterior (CIEX). Cabe destacar que essa representação diplomática, entre os anos de 1968 e 1975, foi conduzida pelo embaixador Antônio Cândido Câmara Canto, conhecido no meio diplomático pela defesa de posições anticomunistas. Moniz Bandeira (2008) ressaltou que no exercício de suas funções no Chile, Câmara Canto nunca escondeu sua antipatia por Salvador Allende e o seu projeto de governo, bem como a vinculação estreita que mantinha com oficiais do alto escalão das Forças Armadas chilenas, com os quais intercambiava informações a respeito do país, que incluíam detalhes sobre a movimentação de seus partidos e organizações de esquerda, enviadas, posteriormente, aos serviços de inteligência no Brasil.

As relações entre a ditadura brasileira e as Forças Armadas chilenas, por intermédio da Embaixada em Santiago, estreitaram-se com o golpe civil-militar de 11 de setembro de 1973. Assim, o golpe marcou o início de uma fase na qual o aparato repressivo brasileiro pode atuar sem restrições no território chileno, uma vez que um dos principais objetivos da Junta Militar, depois de assumir o poder político no país, consistia em localizar,

² Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 2 mar. 2017.

³ BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Vide EMC nº 11, de 1978. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 10 mar. 2017.

⁴ A UP era formada pelo Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), a Acción Popular Independiente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemócrata. In: *Programa De La Unidad Popular*, Disponível em: http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_UP/SAdocup0002.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

prender, torturar e, caso necessário, assassinar, estrangeiros alinhados ou simpatizantes da UP ou do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).⁵

Na interpretação de Emir Sader, a aproximação entre a ditadura brasileira e a chilena tornou-se evidente quando o embaixador Câmara Canto visitou a Escola Militar de Santiago, no dia do golpe, com o objetivo de cumprimentar os generais Augusto Pinochet, José Toribio Merino, Gustavo Leigh Guzmán e César Mendoza Durán pela derubada de Salvador Allende e declarar o apoio do Brasil e do general Garrastazu Médici ao novo governo. O Brasil tornou-se assim o primeiro país do mundo a reconhecer uma Junta Militar que havia usurpado o poder político de um presidente democraticamente eleito pela população chilena.⁶

A ditadura de SN chilena e a repressão aos brasileiros exilados

O cenário de violência vivenciado no Chile na fase pós-golpe foi noticiado pela *Folha de S. Paulo*, em matéria publicada em 17 de setembro de 1973. De acordo com o jornal, nos primeiros quatro dias após o golpe, entre quinhentas e duas mil pessoas haviam sido executadas em território chileno, embora na lista oficial divulgada pelos militares constasse apenas dezesseis mortos e cem feridos. As fontes não oficiais (e imprecisas), entretanto, afirmavam que o número de execuções sumárias era bem mais elevado, pois várias atitudes que até então não eram consideradas delitos, a partir da decretação do estado de guerra interna, em 12 de setembro de 1973, passaram a ser punidas com a pena de morte. Entre as transgressões passíveis de punição estavam "açambarcar gêneros, mercado negro, atacar soldados em quartéis, portas armas, usar uniformes sem pertencer às Forças Armadas ou aos Carabineiros e imprimir ou difundir, por

qualquer meio, propaganda subversiva".⁷

As medidas instituídas pelo estado de guerra interna atingiram chilenos e estrangeiros que haviam se exilado no país durante o governo Allende, conceituados como "terroristas perigosos", supostamente alinhados à subversão internacional. Baseando-se nessa diretriz, militares chilenos prenderam e torturaram vários exilados latino-americanos, como demonstra o depoimento de um brasileiro à jornalista sueca Gudrun Blom. Depois do golpe, esse exilado foi detido e transportado para um centro de detenção localizado no sul do país, denominado Cárcel de Valdivia. O uso de violência integrava a rotina do local: durante o dia os prisioneiros permaneciam no pátio e não sofriam maiores agressões, mas durante a noite, eram retirados dos alojamentos para serem interrogados. Nessas ocasiões, chilenos e estrangeiros passavam por sessões de tortura que incluíam choques elétricos e simulações de afogamento, interrompidas somente quando os oficiais realizavam perguntas a respeito da participação do prisioneiro em atividades políticas naquele país.⁸ A aplicação de torturas no Cárcel de Valdivia foi confirmada pelo Informe Valech, que atestou o emprego de ameaças, agressões físicas e psicológicas, além de simulações de fuzilamento, contra os presos políticos detidos naquele recinto.⁹

Além do Cárcel de Valdivia, a Ilha Quiriquina, maior centro de detenção na região de Concepción, situado na parte sul do Chile, recebeu presos políticos brasileiros depois do golpe, como demonstrou o depoimento de Maria Lúcia Dagnino. Assim, no dia 12 de setembro, Maria Lúcia e o marido, Renato Dagnino, foram obrigados a se apresentar na Delegacia de Estrangeiros, ocasião na qual foram presos e encaminhados ao Estádio Regional de Concepción e, mais tarde, à Base Naval

⁵ Na concepção do MIR, a via armada, e não a eleitoral, era a única habilitada a promover mudanças de caráter estrutural na sociedade. Apesar disso, o MIR não se opôs a indicação de Salvador Allende como candidato da UP e, após sua vitória nas eleições, passou a exercer um apoio crítico ao governo (LEIVA; FAHRA, 2000).

⁶ SADER, Emir. Brasil patrocinou golpe de Pinochet em 1973, no Chile. *Carta Maior*, 5 ago. 2003. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2018.

⁷ QUEM pode ser fuzilado no Chile e pena de morte para restaurar a ordem. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 3, 17 set. 1973. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_17set1973.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

⁸ Museo de la Memoria y Derechos Humanos. Centro de Documentación (CEDOC). Santiago, Chile. Comisión Internacional de Investigación de los crímenes de la Junta Militar en Chile (1ª sesión, 21-24 de marzo 1974, Helsinki). Testimonio de un ciudadano brasileño, en Valdivia, gravado por la periodista sueca, Gudrun Blom. CLMMDH 00000632-000025-000031.

⁹ INFORME De La Comisión Nacional Sobre Prisión Política Y Tortura – Informe Valech. Santiago: Ministerio del Interior: Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, nov. 2004. p. 484. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em: 23 nov. 2018.

de Talcahuano. No dia seguinte, todos os presos políticos daquela Base Naval foram transportados até a Ilha, de propriedade da Marinha.¹⁰

Segundo o *Informe Valech*, a Ilha Quiriquina, de quatro quilômetros de extensão, servia de base a uma Escola da Marinha e possuía um complexo integrado por cassinos, ginásios, pavilhões e residências. Ao desembarcarem na ilha, chilenos e estrangeiros eram divididos em dois grupos; os considerados de menor periculosidade eram transferidos para os ginásios; os demais eram colocados em pavilhões cercados de arame e vigiados por guarda armada. Em seus depoimentos, os prisioneiros reclamaram da falta de ventilação e infraestrutura desses locais e confirmaram a existência de uma piscina vazia, na qual eram obrigados a permanecerem durante a maior parte do dia, expostos ao sol e à chuva.¹¹

Os dados do *Informe Valech* conferem com as declarações de Maria Lúcia Dagnino, que chamou a atenção para a estrutura da Ilha Quiriquina e também para a falta de preparação dos jovens aspirantes da Escola Naval, encarregados de vigiar os presos políticos detidos naquele local: "eu tinha certeza de que, se tropeçasse ou tossisse, eles atirariam em mim. Lembro que o banho de sol era dentro de uma piscina vazia e as armas estavam sempre apontadas para nós. O medo crescia (DAGNINO, 2018). A militante receava que a situação dela e do marido pudesse piorar se os militares soubessem da vinculação de ambos com o MIR. Porém, eles acabaram sendo liberados da prisão nos dias 14 e 15 de setembro, ou seja, a Marinha desconhecia seu envolvimento com a esquerda *mirista*.¹²

A situação desse casal, bem como a dos demais brasileiros exilados no Chile, demonstrou que a Junta Militar não estabeleceu regras definidas para chilenos ou estrangeiros serem perseguidos, presos e, na sequência, interrogados e liberados ou submetidos a torturas e fuzilamentos nos centros

de detenção em funcionamento no país. Havia uma incerteza geral a respeito de quais condutas o prisioneiro político deveria adotar para chamar menos a atenção dos militares encarregados de vigiar as prisões ou das equipes responsáveis pela condução das sessões de interrogatório e tortura. Os presos não sabiam se a melhor tática para escapar dos suplícios era falar muito, pouco ou permanecer calado, se admitir algum tipo de militância traria mais vantagens do que negar qualquer vinculação política com partidos ou organizações de esquerda locais ou em seus países de origem etc.

Conforme Pablo Policzer (2014), o número elevado de pessoas que sofreram torturas e foram executadas na primeira fase da ditadura de SN chilena, compreendida entre setembro e dezembro de 1973, ocorreu devido falta de um monitoramento eficiente, tanto interno como externo, sobre as ações empreendidas por militares e policiais chilenos contra os setores de oposição. Cabe salientar que no âmbito interno, a Junta Militar não emitiu um protocolo nacional que determinasse os procedimentos a serem adotados em relação aos prisioneiros políticos, e cada região do país atuou conforme diretrizes próprias. Ao mesmo tempo, não foi possível a efetivação de um monitoramento externo, pois a Junta Militar dificultou a atuação de órgãos de justiça e da imprensa internacional em território chileno no período imediatamente posterior ao golpe, impossibilitando o acesso dessas entidades aos prisioneiros políticos que se encontravam em centros de detenção locais.

Pedro Vianna foi outro brasileiro atingido pela intensa onda de repressão de opositores políticos que caracterizou a primeira fase da ditadura chilena. Assim, na manhã do dia 11 de setembro de 1973, após receber informações sobre a ação militar que se desenrolava no país, Vianna se instalou na casa de companheiros de militância, onde foi obrigado a permanecer durante a noite, depois

¹⁰ DAGNINO, Maria Lúcia de Sampaio. Chile, setembro de 1973, segunda parte. In: *Maria Lúcia*. Florianópolis, 30 jul. 2018. Disponível em: <http://maria-lucia.blogspot.com/search?q=golpe>. Acesso em: 19 out. 2018.

¹¹ INFORME De La Comisión Nacional Sobre Prisión Política Y Tortura – Informe Valech. Santiago: Ministerio del Interior: Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, nov. 2004. p. 428. Disponível em: <https://bibliotecadigital.lindh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em: 23 nov. 2018.

¹² DAGNINO, Maria Lúcia de Sampaio. Chile, setembro de 1973, segunda parte. In: *Maria Lúcia*. Florianópolis, 30 jul. 2018. Disponível em: <http://maria-lucia.blogspot.com/search?q=golpe>. Acesso em: 19 out. 2018.

que os militares decretaram o toque de recolher por quarenta e oito horas em todo o país. Vizinhos que apoiavam o golpe denunciaram a presença de estudantes chilenos e estrangeiros na residência, que logo foram surpreendidos por uma patrulha de militares. O grupo, depois de preso, foi levado a um quartel denominado de Regimento de Blindados n° 2:

No quartel, os prisioneiros são deitados no chão, espancados e sumariamente interrogados [...]. Sou finalmente colocado em uma grande sala semelhante a um anfiteatro, onde, ao todo, cerca de oitenta homens estão sentados, vigiados por cerca de vinte soldados armados. As mulheres estão detidas à parte. A noite da terça-feira e a manhã da quarta passam sem que nada aconteça. Os prisioneiros não recebem nenhum alimento. Quando um soldado concorda em nos acompanhar ao banheiro, podemos beber água da torneira. Quarta-feira, no início da tarde, tiros são ouvidos fora do quartel. Imediatamente tanques saem do quartel. Os prisioneiros temem que os soldados recebam a ordem de executá-los [...]. A partir de então, somos cerca de trinta e cinco homens na sala. Mais meia hora passa. São por volta de dez horas da manhã. Oficiais que entram nos empurram brutalmente para fora da sala e, a socos, pontapés e coronhadas nos reúnem no pátio. Curiosamente, eles devolvem aos prisioneiros seus documentos de identidade. Os presos são amontoados em um pequeno caminho militar.¹³

Santos Herceg (2019), ao analisar as prisões usadas pelos militares na fase pós-golpe, chamou a atenção para o fato de a Junta Militar não ter construído espaços para realizar a detenção e a tortura de presos políticos, optando por reconfigurar estruturas já existentes no país para atender a esses propósitos, entre os quais se encontravam hospitais, escolas, residências, centros culturais e espaços de lazer, como o Estádio Nacional do Chile. A utilização desses locais como prisões revelou outro problema, de ordem psicológica, pois se tratava de espaços sobre os quais a maioria dos prisioneiros políticos possuía uma memória positiva, percepção alterada com a utilização dessas estruturas para fins repressivos:

El cambio, la transformación o reconfiguración de los lugares se realiza, ante todo, en vistas de

su finalidad. Los lugares que servían para morar, para administrar, para jugar, para festejar, para instruir, enseñar, curar-sanar, pasan a tener nuevos propósitos: privar de libertad, interrogar, torturar y hacer desaparecer. Solo se cambia el "giro" del lugar. La gran mayoría ni siquiera sufre alteraciones físicas. Se buscaron inmuebles que no requirieran intervenciones profundas y se reconfiguraron simplemente modificando su destinación. El Estadio Nacional, un lugar de diversión y recreo, de goce y alegría, es transformado en uno de dolor y sufrimiento (2019, p. 42).

Nesse cenário, a Junta Militar tornou o Estádio Nacional no maior centro de detenção do Chile, reunindo em seu espaço interno, milhares de prisioneiros políticos chilenos e estrangeiros. Pedro Vianna foi um dos presos transferidos do Regimento de Blindados n° 2 para o Estádio Nacional. O militante ressaltou em seu depoimento que todos os detidos que chegavam ao local traziam no corpo as marcas dos maus-tratos e suplicios sofridos em outras prisões espalhadas por Santiago. As péssimas condições de saúde não impediam esses indivíduos de serem recebidos com golpes, socos, chutes e insultos verbais pelos militares. Tratava-se do "comitê de boas-vindas", montado nos portões de entrada do Estádio, com o objetivo de abalar a resistência física e psicológica dos prisioneiros. A situação não era diferente no interior do recinto, onde os detidos estavam à mercê do frio, da falta de alimentação, de espaço adequado para dormir e fazer a higiene pessoal e também da tensão e do medo provocado pelos interrogatórios, na maioria das vezes, acompanhados por sessões de tortura e fuzilamentos, que faziam parte da rotina daquele local.¹⁴

As violações aos direitos humanos praticadas no Estádio Nacional também foram relatadas na obra de Sergio Villegas (2013), que reuniu o depoimento de vários chilenos que estiveram presos no local. Um dos fatos destacados pelos prisioneiros foi a presença de delatores mascarados, que percorriam o Estádio com o objetivo de identificar militantes de esquerda que, posteriormente, eram encaminhados aos espaços de interrogatórios e torturas, localizados na região do velódromo. Tal

¹³ VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 4 de setembro de 2018, via e-mail.

¹⁴ VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 4 de setembro de 2018, via e-mail.

circunstância aumentava os sentimentos de insegurança e medo no ambiente, como apontou um dos depoentes: "el día del interrogatorio era un día de horror. Todos estábamos de acuerdo. Desde temprano el detenido sabía que del velódromo o volvía medio muerto o no volvía. No había otra posibilidad, salvo casos mucho especiales. Pero había que aguantarse la espera siempre" (2013, p. 35).

Em relação aos estrangeiros presos no Estádio Nacional, Bonnefoy Miralles (2005) destacou que o grupo era formado, basicamente, por profissionais liberais, estudantes e ativistas de esquerda, oriundos de países como Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia e França, e também por pessoas sem militância política, que foram para o Chile exercer funções nos meios eclesiásticos, diplomáticos ou empresariais, fazer turismo ou que eram acusadas de praticar algum crime no país. Assim, o Estádio Nacional reuniu centenas de homens e mulheres, das mais variadas idades, origens e classes sociais, cujo único delito era não ser chileno. No centro de detenção, a situação dos estrangeiros era particularmente difícil, porque o militar nomeado para administrar o local, coronel Jorge Espinoza Ulloa, tinha um desprezo especial por esses indivíduos que, em sua interpretação, haviam realizado uma "intromisión mercenária en nuestra vida institucional, asumiendo papeles rectores en la incitación al odio entre los chilenos, pisoteando nuestra dignidad nacional y recibiendo el pago de los propios recursos del Estado" (MIRALLES, 2005, p. 78).

Estima-se que milhares de pessoas tenham sido presas no Estádio Nacional, entre os meses de setembro e outubro de 1973. Um jornalista da *Folha de São Paulo* informou que os presos políticos eram submetidos a um primeiro interrogatório no Estádio do Chile e, caso fossem considerados culpados ou suspeitos de "atos de subversão", eram encaminhados ao Estádio Nacional, onde passavam por um segundo interrogatório, a partir do qual poderiam ser condenados à morte. Os

fuzilamentos poderiam ocorrer tanto no centro de detenção como em áreas próximas.¹⁵ Essas ações foram testemunhadas por Luis Carlos Vieira, que presenciou o assassinato do brasileiro Luiz Carlos de Almeida e de outros estrangeiros, retirados do Estádio e fuzilados às margens do rio Mapocho, na noite de 13 para 14 de setembro de 1973. Em seu depoimento, Vieira relatou o episódio:

A última viagem levou-nos às margens do rio Mapocho. Os soldados mostravam-se nervosos e agiam com violência [...]. O uruguaio encaminhou-se para a beira do rio e jogou-se nas águas, sendo imediatamente metralhado por um soldado. O oficial mandou Luiz Carlos [de Almeida] fazer o mesmo. Um soldado seguiu-o e disparou demoradamente. Depois foi a minha vez. Das três balas que me atingiram, uma pegou de raspão na cabeça, fazendo-me perder os sentidos por algum momento. Quando recuperei a consciência, senti-me levado pela leve correnteza do rio, ouvi as vozes dos soldados, vi as luzes dos caminhões refletirem-se nas águas do rio, iluminando os corpos inertes de meus companheiros.¹⁶

Outro brasileiro assassinado no Estádio Nacional foi o militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Wânio José Matos. Afetado por uma doença crônica ("peritonite difusa"), Wânio faleceu durante uma cirurgia realizada no hospital de campanha montado naquele local, em 16 de outubro de 1973.¹⁷ Conforme o médico Otto Brockes, que também estava no centro de detenção e acompanhou o caso de Wânio, a doença se agravou devido ao longo período em que o brasileiro ficou sem acesso a alimentação, o que provocou a falência de seu intestino. Otto informou aos oficiais responsáveis pelo Estádio que a situação de saúde de Wânio era grave e somente seria resolvida por intermédio de uma cirurgia. O pedido do médico, porém, não foi considerado pelos militares chilenos, que só intervieram quando a doença estava em estágio muito avançado para ser tratada:

Levei o Wânio, com as metralhadoras atrás. Foi uma cena: eles mandavam eu andar na frente, e eles com as metralhadoras atrás. Cheguei lá,

¹⁵ PENA de morte para restaurar a ordem. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. 3, 17 set. 1973. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 21 nov. 2018.

¹⁶ VIEIRA, Luiz Carlos. Cidadãos brasileiros vitimados no Chile entre 1973 e 1976. Disponível em: <https://comitedaverdadeportoalegre.files.wordpress.com/2017/09/cidadao-brasileiros-vitimados-no-chile.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Falecimento de extremista brasileiro. Wânio José Matos. 31 de outubro de 1973.

apresentei o relatório, e eles disseram: "Você não é médico: é um prisioneiro". Meteram a mão na minha nuca e na cabeça. Me mandaram de volta com o Wânio. O Wânio começou a piorar. Eu falei e levei ele novamente. Uns dias depois – não lembro que dia que era – disseram que ele foi operado, mas o abdômen estava todo tomado, e ele morreu. Essa foi uma passagem triste que tivemos lá e de que fomos testemunhas. Diagnosticamos aquilo lá dentro, e eles se recusaram a tratar de uma pessoa que necessitava. Não entenderam que o prisioneiro não é mais um inimigo, tem que ser tratado com dignidade, merece assistência.¹⁸

Contata-se assim que a ditadura de SN chilena monitorou, perseguiu, prendeu, torturou e assassinou estrangeiros que se encontravam exilados no Chile depois do golpe. A Embaixada Brasileira em Santiago soube das violações aos direitos humanos praticadas pela Junta Militar, mas não tomou nenhuma atitude no sentido de defender cidadãos brasileiros que se tornaram alvos da violência perpetuada pelo aparelho estatal chileno. Pelo contrário, colaborou no sentido de tornar mais eficiente a repressão contra esses indivíduos, como veremos na segunda parte do presente artigo.

A ditadura de SN brasileira e chilena e a perseguição aos brasileiros exilados

No dia 16 de setembro de 1973, o líder da bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara dos Deputados, Aldo Fagundes, afirmou ter recebido de Maurício Ferreira de Lima, asilado político na Argentina, um pedido de intervenção do poder legislativo junto à Cruz Vermelha Internacional e outras entidades vinculadas aos direitos humanos, para providenciar a retirada de cinco mil cidadãos brasileiros que corriam risco de vida no Chile, onde um número significativo de ativistas políticos estrangeiros havia sido fuzilado depois do golpe. A respeito dessa denúncia, o ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, representante oficial do Itamaraty, encaminhou um telegrama ao deputado Aldo Fagundes, com a seguinte resposta,

transmitida pela Embaixada do Chile em Brasília:

Situación de asilados en Chile: 1. No existe la más remota posibilidad de que ocurra un masacre de asilados en Chile; 2. Según declaran las autoridades chilenas se está procurando determinar la situación en que se encuentran cada asilado o refugiado. Los que estuvieran implicados en actividades extremistas, serán sometidos a proceso legal.¹⁹

O telegrama demonstra que a ditadura brasileira, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, negou que a Junta Militar estivesse violando os direitos humanos de cidadãos brasileiros no Chile após o golpe de 1973. Uma série de documentos produzidos pela Embaixada, a DSI/MRE e o CIEIX em Santiago, porém, demonstra que a ditadura brasileira não apenas sabia das violações, como tinha interesse em utilizar esse cenário para identificar opositores políticos que se encontravam em território chileno.

Como exemplo, tem-se o caso do telegrama que a Secretaria das Relações Exteriores encaminhou à DSI/MRE em Santiago, no dia 28 de setembro, orientando o órgão de segurança a montar um relatório detalhado a respeito dos brasileiros exilados no Chile, entre os anos de 1964 e 1973. Assim, o embaixador Câmara Canto solicitou às autoridades chilenas, o envio de listas com os nomes dos brasileiros: que haviam saído ou permanecido no país até dezembro de 1972; que passaram a residir no país depois de 1964 – sem mencionar razões políticas ou na situação de turistas; que estavam com prazo de residência no país vencido; que constavam nos registros consulares brasileiros; que partiram do país com documentos de viagem para estrangeiros fornecidos pelo governo chileno; que trabalharam para órgãos governamentais, internacionais ou se vincularam a outras organizações nacionais durante o período que estiveram exilados.²⁰

Com essas informações, a ditadura brasileira pretendia, um primeiro momento, mapear a localização de ativistas políticos considerados perigosos

¹⁸ TOMADA de Testemunho de Otto Brockes. In: *Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo, 6 dez. 2013. Disponível em: http://cnv.memorias-reveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Otto_Brockes_transcricao.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

¹⁹ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasília. Telegrama. La situación chilena y Brasil. 27 de septiembre de 1973.

²⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/ MRE)/ REV.53, p. 6-35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

à segurança nacional para, num segundo, designar agentes para vigiá-los no exílio. O plano era usar os dados coletados para articular operações com o serviço de inteligência do Chile e de outros países do Cone Sul, com o objetivo de monitorar e, se possível, prender opositores em território estrangeiro. As autoridades chilenas, contudo, relataram dificuldades para compor as listas solicitadas pela comunidade de informações brasileira, como relatou o embaixador Enrique Berstein durante uma reunião com Câmara Canto, na cidade de Santiago:

1) Foi incendiada intencionalmente, grande parte do arquivo da POLICIA DE INVESTIGACIONES, que continham a relação dos estrangeiros no Chile; 2) Durante o bombardeio do PALACIO DE LA MONEDA, incendiaram-se todos os arquivos do MINISTERIO DO INTERIOR, que estava localizado naquele edifício; 3) Pelas razões expostas nos dois itens anteriores, as autoridades chilenas estão iniciando a elaboração de novas listas de estrangeiros, com bases nos interrogatórios a que estão submetendo os 4.400 prisioneiros que se encontram alojados no ESTÁDIO NACIONAL DE SANTIAGO. Assim, acredita aquela autoridade chilena, somente num prazo de 3 a 6 meses, seria possível tentar atender, mas em forma generalizada, os pedidos formulados.²¹

Ao que tudo indica, o recebimento desse telegrama contribuiu para que a ditadura brasileira encaminhasse uma equipe de policiais e militares para interrogar os exilados presos no Estádio Nacional e em outros centros de detenção chilenos. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade²² (CNV), o grupo, que desembarcou em Santiago na segunda metade do mês de outubro, recebeu o apoio da Embaixada Brasileira, responsável por designar o sargento Deoclécio Paulo para acompanhar as atividades desses agentes na capital chilena. Em caráter oficial, esse sargento exerceu o cargo de auxiliar do Adido do Exército e da Aeronáutica, coronel Walter Mesquita de Siqueira, mas de forma encoberta, assessorou o aparelho

repressivo em suas ações contra a comunidade de brasileiros exilados em território chileno depois do golpe. Por esse assessoramento, Deoclécio Paulo recebeu a Medalha do Pacificador com Palma, homenagem concedida pelo governo brasileiro a militares e civis que tinham se distinguido por atos de bravura no exercício de suas atividades.²³

Osni Gomes declarou, em depoimento à CNV, que antes da chegada da equipe do Brasil ao Estádio Nacional, em outubro, ele já havia sido interrogado por militares chilenos. O interesse desses agentes relacionava-se a temas como a vinculação existente entre o militante e a esquerda chilena, as atividades políticas desenvolvidas no exílio etc. Osni negou qualquer envolvimento com a esquerda local, afirmando que foi para o país com um único objetivo: estudar. A equipe enviada pelo presidente Médici, porém, submeteu Osni a interrogatórios seguidos por sessões de tortura, durante as quais ele observou a seguinte situação: "um que movia maquininha [de choques], esse me chamou muito a atenção, que era preto e tinha aparência, digamos, mais de povo, entre os três, que parecia mais, tinha a aparência mais assim, de trabalhador, [...] os outros dois mais bem vestidos". O episódio foi acompanhado por oficiais chilenos, que aconselhavam "esses são profissionais, prestem atenção".²⁴

Pedro Vianna também foi interrogado por oficiais chilenos e, posteriormente, por agentes brasileiros, no Estádio Nacional. Os chilenos, responsáveis pelo primeiro interrogatório, desconheciam as atividades culturais com viés político que o militante havia desenvolvido em apoio ao projeto de governo da UP. Já a equipe brasileira, que conduziu o segundo interrogatório, conhecia a trajetória de Vianna enquanto dramaturgo e autor da peça de teatro *25 años después*, encenada no Chile, que denunciava as torturas de presos políticos no Brasil. A partir

²¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/ MRE) / REV.53, p. 6-35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

²² No ano de 2011, o governo brasileiro instaurou uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações cometidas pelo Estado, no período compreendido entre 1946 e 1988. Em seu relatório final, publicado em dezembro de 2014, a CNV reconheceu que os métodos repressivos utilizados pela ditadura excederam os limites institucionais, confirmando o envolvimento do Brasil na Operação Condor e em outros esquemas de colaboração repressiva estruturados no Cone Sul.

²³ BRASIL. *Relatório – Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

²⁴ GOMES, Osni. Depoimento CNV. São Paulo, 7 nov2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Osni_Geraldo_Gomes_07.11.2013_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

desse momento, Vianna passou a ser torturado pelos agentes brasileiros e constatou, assim como Osni Gomes, a presença de um mulato na equipe:

Me vejo diante de quatro homens à paisana, mas com ar militar. Como deixa ver seu tipo físico – um dos quatro, um grande, brutamontes, é mulato, um fenótipo praticamente inexistente no Chile – são, obviamente, brasileiros [...]. Aproximam-se de mim. Um deles põe sobre a pequena mesa um pedaço de papel no que está escrito com uma bela caligrafia: *25 años después*. Ele dá uns tapinhas no meu ombro esquerdo e em seguida aponta para o papel, fazendo um beicinho interrogativo. Em espanhol, eu respondo: 'Esse é o título de minha peça sobre o Brasil, que foi encenada em Santiago'. Enquanto respondo, vejo do canto do olho direito o punho de um dos brasileiros que se abate sobre meu rosto [...]. Eles me levantam do chão e me colocam sentado de novo na cadeira. Impassível, o soldado chileno observa a cena. Eu sou cercado pelos quatro torturadores. Instalados lateralmente, dois deles dão golpes de joelho nas minhas costelas, o que está atrás dá socos na parte superior das minhas costas, enquanto o que está à frente me esbofeteia e dá socos no meu peito e abdômen.²⁵

No decorrer do interrogatório, um oficial chileno entrou na sala onde Pedro Vianna estava sendo torturado e solicitou a suspensão das agressões, uma vez que o prisioneiro possuía o status de asilado político, ou seja, contava com a proteção internacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A equipe de brasileiros suspendeu as torturas, mas prometeu ao dramaturgo, posteriormente, outras sessões de violência. O nervosismo e a tensão com essas ameaças aumentaram quando Vianna testemunhou os agentes brasileiros transportando vários instrumentos de tortura – uma máquina de dar choques, as partes de um “pau de arara”, grandes cassetetes e uma palmatória – para a parte interna do Estádio Nacional do Chile.²⁶

Outro preso no Estádio Nacional, Luís Guimarães, afirmou que os agentes da equipe brasileira eram chefiados por um oficial da Marinha chamado “Capitão Mike”, responsável por ministrar cursos sobre a utilização de aparelhos de tortura

a policiais e militares chilenos, designados para atuarem naquele centro de detenção. O oficial da Marinha, ao identificar Guimarães na fila de interrogatório, afirmou “dessa vez você não me escapará”.²⁷ No começo do ano de 1973, “Capitão Mike” havia comandado uma equipe que torturou o militante em território brasileiro. Esse intercâmbio de práticas repressivas foi apontado tanto por vítimas da ditadura, como Pedro Vianna e Luís Guimarães, quanto por pesquisadores chilenos, como Bonnefoy Miralles (2005):

Los agentes brasileños se las daban de expertos, burlándose de los novatos interrogadores chilenos, a quienes consideraban “niños de pecho” encuanto a la tortura. No por nada Brasil llevaba nueve años con dictadura militar, tiempo suficiente para que los policías y militares perfeccionaran sus métodos. Tiempo de sobra también para que algunas de sus víctimas en Brasil estuvieran familiarizadas con sus métodos y rostros, y los reconocieran después en el Estadio Nacional. El 16 de octubre, un grupo de detenidos brasileños interrogados en la sala del segundo piso reconoció al jefe del equipo brasileño que los torturaría: se trataba de Alfredo Poeck, conocido en Brasil como especialista en torturas. En esa ocasión, fueron interrogados por militares chilenos sobre sus anteriores actividades políticas en Brasil. Los agentes brasileños les pasaban a los chilenos papeles con las preguntas que debían hacerles. Al día siguiente, otros brasileños fueron llevados ante los policías extranjeros, que esta vez, sí golpearon y torturaron directamente a sus compatriotas (2005, p. 86).

Em relação aos prisioneiros políticos do Estádio Nacional, no dia 30 de outubro, a Embaixada Brasileira em Santiago transmitiu um telegrama ao Itamaraty, informando que cinco dias antes, treze presos haviam sido retirados do local pela ação da ACNUR. Após esse episódio, os representantes oficiais dessa entidade na América Latina, Oldrich Haselman e Ernest Schlatter, visitaram a representação diplomática brasileira na capital chilena, com o objetivo de solicitar o auxílio do embaixador Câmara Canto para resolver a situação dos cidadãos Miguel Ângelo dos Santos Costa, Nelson Serathiuk, Luís Carlos Sarzedas, Luís Carlos Pires Fernandes, Maria das Dores Romaniolo e sua

²⁵ VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 4 de setembro de 2018, via e-mail.

²⁶ VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 4 de setembro de 2018, via e-mail.

²⁷ GUIMARÃES, Luís. 45 dias prisioneiro da Junta Militar no Chile. Depoimento. In: FERRER, Eliete (org.). 68 – A geração que queria mudar o mundo – Relatos. Brasília: Ministério da Justiça: Comissão da Anistia: Projeto Marcas da Memória, 2011. p. 565-572.

filha Roberta Romaniolo, Silvério Soares Ferreira, João Ernesto Maraschin Maroso e Roberto Ribeiro de Barros, que aguardavam nas dependências das Nações Unidas a repatriação para o Brasil.²⁸

A Embaixada Brasileira em Santiago anexou ao telegrama outras informações a respeito desses oito cidadãos, como data e lugar de nascimento, endereço da última residência e data de desembarque no Chile.²⁹ Em outro telegrama Câmara Canto solicitou que o nome de Ênio Bucchioni fosse incluído nessa lista, uma vez que todos os presos políticos estavam sendo retirados do Estádio Nacional.³⁰ O objetivo da Embaixada, ao transmitir esses dados, era submeter os mesmos a avaliação do ministro Mário Gibson Barbosa, responsável por autorizar a entrega de documentos e o retorno ao país, dos brasileiros exilados no Chile.

Ao que tudo indica, a avaliação do ministro Mário Gibson Barbosa foi negativa, uma vez que a Embaixada Brasileira em Santiago não forneceu os documentos que esses oito cidadãos necessitavam para regressarem ao Brasil em segurança. A saída encontrada por eles foi buscar asilo em outros continentes; Miguel Ângelo dos Santos Costa, Silvério Soares Ferreira e Roberto Ribeiro de Barros, por exemplo, receberam apoio do Comité Intergubernamental de Migraciones Europeas (CI-ME)³¹ e de outras entidades de defesa dos direitos humanos instaladas no Chile, para se asilarem em países europeus.

As ações da equipe de torturadores brasileiros, porém, não se restringiu ao Estádio Nacional, pois exilados, como Maeth Boff, tornaram-se vítimas desses agentes nas dependências da Escola da Marinha, localizada na cidade de Valparaíso. O martírio de Boff iniciou horas depois do golpe, quando ele foi preso e conduzido até um navio de grande porte da Marinha chilena – de nome Lebu–, ancorado na baía de Valparaíso. Boff chocou-se com o grau de degradação do ambiente

em que estavam confinados os prisioneiros políticos dentro do Lebu: “tu chega na boca do navio, desse cargueiro, tu sente um fedor de carniça, [...]. Então as pessoas estavam lá mais de uma semana, [...] feridas, no meio do esterco, do xixi que balançava ali no mar”.³² A tortura dos presos, contudo, não ocorria no interior do navio, mas em uma antiga escola de marinheiros, que ficava nas proximidades da baía. Durante o tempo em que permaneceu detido no Lebu, Boff foi conduzido duas vezes até essa escola; na primeira, não sofreu agressões físicas nem psicológicas, uma vez que os militares chilenos estavam priorizando a aplicação de suplícios em seus concidadãos; na segunda, a situação se modificou porque ele foi interrogado por uma equipe de agentes brasileiros:

No começo de novembro, se não me engano, nos levaram lá, me levaram vendado embaixo de uma escada [...]. ‘Agora, tu vai contar a história verdadeira, que não basta esta historinha que tu foi professor, que tu deu umas aulas, ficou com medo e veio embora! Nós sabemos o que tu já fez lá no Rio Grande do Sul, tu vai contar o resto!’ [...]. E eles me botaram, eles tinham a maquininha do choque, começaram o choque, pontapés e um brasileiro disse, ‘tu vai falar ou não vai falar, seu filha da puta? Seu Laerte, tu acha que eu não sei quem tu és? Eu tenho toda a informação aqui, quero te ver cuspir, e cuspir o resto!’ Foi a polícia que me torturou e torturou o outro brasileiro, Adolfo Calvano. Me pegaram de manhã e me soltaram lá pelas tantas da noite. [...] Os chilenos estavam juntos, torturando também, dando choques [...]. Mas, as perguntas, o interrogatório era conduzido pelos brasileiros.³³

O Buque Lebu era uma embarcação de propriedade da Companhia Sul-Americana de Vapores, ancorado no Porto de Valparaíso, que a Marinha transformou em centro de detenção após o golpe. Em seus depoimentos chilenos e estrangeiros que estiveram detidos nesse recinto, declararam que a recepção no navio era realizada por um grupo de marinheiros responsáveis por agredir com chutes,

²⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Refugiados brasileiros. Visita do representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 30 de outubro de 1973.

²⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Refugiados brasileiros. Remessa de dados, 1 de novembro de 1973.

³⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Brasileiro detido em Santiago. Ênio Bucchioni, 1 de novembro de 1973.

³¹ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Brasileños refugiados en Chile. Santiago, diciembre de 1973.

³² BOFF, Maeth. Depoimento concedido à Denise Ruaro Radaelli, enviado à autora em 5 jun. de 2017, via e-mail.

³³ BOFF, Maeth. Depoimento concedido à Denise Ruaro Radaelli, enviado à autora em jun. de 2017, via e-mail.

socos e pontapés os prisioneiros recém-chegados. Depois de passar por esse grupo, os presos eram levados para o interior do Buque, onde eram submetidos a outros métodos de tortura, que incluíam caminhar com os olhos vendados pelas bordas do navio ou participar de simulações de afogamento – eram jogados nas águas do mar e, mais tarde, resgatados pelos militares. As péssimas condições do navio tornavam a situação dos prisioneiros ainda mais difícil porque eles eram acomodados em espaços reduzidos, mal ventilados e sem as mínimas condições de higiene, além da falta de alimentação adequada e água potável. Além disso, com o objetivo de aniquilar a resistência psicológica dos prisioneiros, o coordenador do centro de detenção proibia qualquer comunicação desses com familiares e amigos no meio externo.³⁴

Considerações finais

O governo, o Itamaraty e a Embaixada Brasileira em Santiago tinham conhecimento das prisões em massa, das torturas e das execuções sumárias de opositores políticos – nacionais ou estrangeiros – que ocorriam diariamente no Chile logo após o golpe de 1973. Em nenhum momento, porém, o presidente Emilio Garrastazu Médici, o ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa ou o embaixador Antônio Cândido Câmara Canto se posicionaram contra as violações aos direitos humanos que estavam sendo praticadas pela Junta Militar chilena, omitindo-se inclusive nos casos de cidadãos brasileiros, como o de Luiz Carlos de Almeida e de Wânio José Matos, assassinados no Chile.

Ao contrário, a diplomacia brasileira agiu para estreitar as relações com o aparato repressivo estatal chileno, com o objetivo de identificar e perseguir opositores políticos que se encontravam exilados naquele país. Assim, entre os meses de outubro e novembro de 1973, uma equipe de agentes brasileiros atuou em pelo menos dois centros de detenção no Chile: o Estádio Nacional, em Santiago, e a Escola da Marinha, em Valparaíso. Além de monitorar os exilados, essa equipe ministrou cursos

de aperfeiçoamento em “táticas mais eficientes de interrogatório” (leia-se torturas), a militares e policiais chilenos, comprovando a transmissão de *know-how* da ditadura brasileira para a chilena, marcando o início de um processo de intercâmbio de informações e práticas de violência que irá resultar na formação da Operação Condor, entre as ditaduras do Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai, no ano de 1975.

Referências

- BONNEFOY MIRALLES, Pascale. *Terrorismo de Estadio: prisioneros de guerra en un campo de deportes*. Santiago: CESOC, 2005.
- LEIVA, Sebastián; FAHRA Neghme. *La política del movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante la Unidad Popular y su influencia sobre los obreros y pobladores de Santiago*. 2000. Tesis (Licenciado Educación y Geografía) – Historia/USACH, Santiago, 2000.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *FÓRMULA PARA O CAOS: a derrubada de Salvador Allende: 1970-1973*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PÓLICZER, Pablo. *Los modelos del horror. Represión e información en Chile bajo la Dictadura Militar*. Santiago: Lom Ediciones, 2014.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SANTOS HERCEG, José. *Lugares espectrales: topología testimonial de la prisión política en Chile*. Santiago: Editorial USACH, 2019.
- VILLEGAS, Sergio. *El estadio: el once de septiembre en el país del edén*. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

Cristiane Medianeira Ávila Dias

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Cristiane Medianeira Ávila Dias
Rua Isabel Pires de Oliveira, 555
Forquilhas, 88107-572
São José, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.

³⁴ INFORME De La Comisión Nacional Sobre Prisión Política Y Tortura – Informe Valech. Santiago: Ministerio del Interior: Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, nov. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em: 23 nov. 2018.